

DECRETO Nº 3.548, DE 31 DE JANEIRO DE 1980



RDPM-PI

REGULAMENTO DISCIPLINAR

POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ

Publicado no Diário Oficial nº 32 de 15 de fevereiro 1980

REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ

DECRETO Nº 3.548, DE 31 DE JANEIRO DE 1980.

(Publicado no Diário Oficial nº 32, de 15 Fev. 80)

Dispõe sobre o “Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Piauí” e dá outras providências.
(RDPMPI)

Dr. Lucídio Portela Nunes
Governador

Cel. Agostinho Pinheiro Neto
Cmt. Geral da PMPI

DECRETO Nº 3.548, DE 31 DE JANEIRO DE 1980

Dispõe sobre o “Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Piauí” e dá outras providências.
(RDPMPI)

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUI, usando das atribuições legais que lhe confere o Art. 45, inciso I, da Constituição do Estado,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aprovado o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Piauí, que com este baixa.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 31 de janeiro de 1980.

Lucídio Portela Nunes
GOVERNADOR DO ESTADO

Antônio de Almendra Freitas Neto
SECRETÁRIO DE GOVERNO

João Clímaco d’Almeida
SECRETARIO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Manoel Leocádio de Melo
SECRETARIO DA ADMINISTRAÇÃO

REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
(R D P M P I)

TITULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPITULO I
GENERALIDADES

Art. 1º - O Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Piauí tem, por finalidade, especificar e classificar as transgressões disciplinares, estabelecer normas relativas à amplitude e à aplicação das punições disciplinares, à classificação do comportamento policial – militar das praças e à interposição de recursos contra a aplicação das punições.

Parágrafo Único – São também tratadas, em parte, neste Regulamento, as recompensas especificadas no Estado dos Policiais – Militares.

Art. 2º - A camaradagem torna-se indispensáveis à formação e ao convívio da família policial – militar, cumprindo existir as melhores relações sociais entre os policiais – militares.

Parágrafo Único – Incumbe aos superiores incentivar e manter a harmonia e a amizade entre seus subordinados.

Art. 3º - A civilidade é a parte da educação policial – militar e, como tal, de interesse vital para disciplina consiste. Importa ao superior tratar os subordinados, em geral, e os recrutas, em particular, com urbanidade e justiça, interessando-se pelos seus problemas. Em contrapartida, o subordinado é obrigado a todas as provas de respeito e deferência para com seus superiores, de conformidade com os regulamentos policiais – militares.

Parágrafo Único – As demonstrações de camaradagem, cortesia e consideração, obrigatórias entre os policiais – militares, devem ser dispensadas aos militares das Forças Armadas e aos policiais – militar de outras corporações.

Art. 4º - Para efeito deste Regulamento, todas as Organizações Policiais Militares, tais como: Quartel do Comando Geral, Comandos de Policiamento, Corpos de Tropa, Diretoria, Gabinetes, Estabelecimentos, Assessorias, Repartições, Escolas, Campos de Instruções, Serviços, Centros de Formação e Aperfeiçoamento, Unidades Operacionais e outras serão denominadas de “OPM”.

Parágrafo Único – Para efeito deste Regulamento, os Comandantes, Diretores ou Chefes de OPM serão denominados “Comandantes”.

CAPÍTULO II
PRINCÍPIOS GERAIS DA HIERARQUICA E DA DISCIPLINA

Art. 5º - A hierárquica militar é a ordenação da autoridade em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas, Polícias Militares, Corpos de Bombeiros, Forças Militares e Policiais – Militares estrangeiros, por postos e graduações.

Parágrafo Único – A ordenação dos postos e das graduações na Polícia Militar se faz conforme preceitua o Estatuto dos Policiais Militares.

Art. 6º - A disciplina Policial Militar é a rigorosa observância e o acatamento integral das Leis, regulamentos, ordens normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes da OPM.

§ 1º - São manifestações essenciais de disciplina:

1. A correção de atitudes;
2. A obediência pronta às ordens dos superiores hierárquicos, ou de quem tem autoridade para ordenar;
3. A dedicação integral ao serviço;
4. A colaboração espontânea à disciplina coletiva e à eficiência da instituição;
5. A consciência das responsabilidades;
6. A rigorosa observância das prescrições regulamentares e das leis.

§ 2º - A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos permanentemente pelos policiais – militares na Ativa e Inatividade.

Art. 7º - As ordens devem ser prontamente obedecidas.

§ 1º - Cabe ao Policial – Militar a inteira responsabilidade pelas ordens que der e pelas consequências que delas resultarem.

§ 2º - Cabe ao subordinado, ao receber uma ordem, repeti-la e solicitar os esclarecimentos necessários ao seu total entendimento e compreensão.

§ 3º - Quando a ordem importar em responsabilidade criminal para o executante, poderá o mesmo solicitar sua confirmação por escrito, cumprindo à autoridade que a emitiu, atender à solicitação.

§ 4º - Cabe ao executante que exorbitar ou emitir-se no cumprimento de ordem recebida, a responsabilidade pelos excessos e omissos que cometer.

CAPÍTULO III ESFERA DA AÇÃO DO REGULAMENTO DISCIPLINAR E COMPETÊNCIA PARA SUA APLICAÇÃO

Art. 8º - Estão sujeitos a este Regulamento os policiais – militares na Ativa e Inatividade.

§ 1º - O disposto neste Regulamento aplica-se, no que couber, aos capelães policiais militares.

§ 2º - Os alunos de órgãos específicos de formação de policiais militares também estão sujeitos aos Regulamentos, normas e prescrições das OPM em que estejam matriculados.

Art. 9º - A competência para aplicar as prescrições contidas neste Regulamento é conferida ao cargo e não ao grau hierárquico.

São competentes para aplicá-las:

1. O Governador do Estado, a todos os integrantes da Polícia Militar;
2. O Comandante Geral, aos que estiverem sob o seu comando;
3. O Chefe do Gabinete militar, aos que estiverem sob a sua chefia;
4. O Chefe do Estado Maior, Comandante do Policiamento da Capital, Comandante do Policiamento do Interior, Comandante de Policiamento de Área, Comandante do Corpo de Bombeiros, Diretores, aos que servirem sob suas ordens;
5. Ajudante Geral, Comandantes e Subcomandantes de OPM, Chefes de Seção, Serviços, Assessorias, Comandantes de Subunidades, aos que servirem sob suas ordens;
6. Comandantes de Pelotões Destacados, aos que servirem sob a suas ordens.

Parágrafo Único – A competência conferida aos Chefes de Seção, de serviço e de Assessorias, limitar-se-á às ocorrências relacionadas às atividades inerentes ao serviço de suas repartições.

Art. 10 - Aos policiais militares na Inatividade não se aplicam as disposições deste Regulamento pelo fato de poderem tratar no meio civil, inclusive sob a forma de crítica, pela

imprensa ou outro meio de divulgação, de qualquer assunto, excetuando o de natureza policial militar de caráter sigiloso ou funcional.

Parágrafo Único – A prescrição deste Artigo não se aplica aos policiais militares inativos, quando estiverem convocados para o serviço ativo, no exercício de função em qualquer Organização Policial Militar, fardados ou (ainda, quando atuarem coletivamente com policias militares da Ativa ou Inatividade).

Art. 11 – Todo policial militar que tiver conhecimento de um fato contrário à disciplina, deverá participar a seu chefe imediato por escrito ou verbalmente. Neste último caso, deve confirmar a participação, por escrito, no prazo máximo de 48(quarenta e oito) horas.

§ 1º - A parte deve ser clara, concisa e precisa, vede conter os dados capazes de identificar as pessoas ou coisas envolvidas, o local, a data e hora da ocorrência e caracterizar as circunstâncias que a envolveram, sem tecer comentários ou opiniões pessoais.

§ 2º - Quando, para preservação da disciplina e do decoro da Corporação, a ocorrência exigir uma pronta intervenção, mesmo sem possuir ascendência funcional sobre o transgressor, a autoridade policial militar de maior antiguidade que presenciar ou tiver conhecimento do fato, deverá tornar imediatas e enérgicas providências, inclusive prende-lo “em nome da autoridade competente”, dando ciência a esta, pelo meio mais rápido, da ocorrência e das providências em seu nome tomadas.

§ 3º - Nos casos de participação de ocorrência com policial militar de OPM diversa daquela a que pertence o signatário da parte deve este, direta ou indiretamente, ser notificado da solução dada, no prazo máximo de 6(seis) dias úteis, expirando este prazo, deve o signatário da parte informar a ocorrência referida à autoridade a que estiver subordinado.

§ 4º - A autoridade, a quem a parte disciplinar é dirigida, deve dar a solução no prazo máximo de 4(quatro) dias úteis, podendo se necessário, ouvir as pessoas envolvidas, obedecidas as demais prescrições regulamentares. Na impossibilidade de solucioná-la neste prazo, o seu motivo deverá ser, necessariamente, publicado em Boletim e, neste caso, o prazo poderá ser prorrogado até 30(trinta) dias.

§ 5º - A autoridade que receber a parte, não sendo competente para solucioná-la, deve encaminhá-la a seu superior imediato, com as informações que lhe comportarem.

Art. 12 – No caso de ocorrência disciplinar envolvendo policiais – militares de mais de uma OPM, caberá ao Comandante imediatamente superior da linha de subordinação apurar (ou determinar a apuração) dos fatos, procedendo, a seguir, de conformidade com o Art. 11 e seus parágrafos, do presente Regulamento, com os que sirvam sob a sua linha de subordinação funcional.

Parágrafo Único – No caso de ocorrência disciplinar envolvendo militares (FA) e policiais militares, a autoridade policial militar competente deverá tomar as medidas disciplinares referentes aos elementos a ela subordinados, informando, pelos canais hierárquicos, sobre a ocorrência, as medidas tomadas e o que foi por ela apurada, ao Comandante Militar da Área.

TÍTULO II
DAS TRANSGRESSÕES DISCIPLINARES
CAPÍTULO IV
ESPECIFICAÇÃO DAS TRANSGRESSÕES

Art. 13 – Transgressão Disciplinar é qualquer violação dos princípios da ética, dos deveres e das obrigações policiais militares, na sua manifestação elementar e simples, e qualquer omissão ou ação contrária aos preceitos estatuídos em leis, regulamentos, normas ou disposições, deste que não constituam crime.

Art. 14 – São transgressões disciplinares:

1. todas as ações ou omissões contrárias à disciplina policial – militar especificadas no Anexo ao presente Regulamento;
2. todas as ações, omissões ou atos, não especificados na relação de transgressões do anexo citado, que afetem a honra pessoal, o pundonor policial militar, o decoro da classe ou o sentimento do dever e outras prescrições contidas no Estatuto dos Policiais Militares, leis e regulamentos, bem como aquelas praticadas contra regras e ordens de serviços estabelecidas por autoridades competente.

CAPÍTULO V JULGAMENTO DAS TRANSGRESSÕES

Art. 15 – O julgamento das transgressões deve se precedido de um exame e de uma análise que considerem:

1. os antecedentes do transgressor;
2. as causas que a determinarem;
3. a natureza dos fatos ou os atos que a envolverem;
4. as conseqüências que dela possam resultar.

Art. 16 – No julgamento das transgressões podem ser levantadas causas que justifiquem a falta ou circunstâncias que a atenuem e /ou a agravem.

Art. 17 – São causas de justificação:

1. Ter sido cometido a transgressão na prática de ação meritória, no interesse do serviço ou da ordem pública;
2. Ter sido cometido a transgressão em legítima defesa, própria ou de outrem;
3. Ter sido cometida a transgressão em obediência a ordem superior ;
4. Ter sido cometida a transgressão pelo uso imperativo de meios violentos a fim compelir subordinado a cumprir rigorosamente o seu dever, no caso de perigo, necessidade urgente, calamidade pública e manutenção da ordem e da disciplina;
5. Ter havido motivo de força maior, plenamente comprovado e justificado;
6. Nos casos de ignorância, falta de prática no serviço, plenamente comprovada, deste que não atente contra os sentimentos normais de patriotismo, humanidade e probidade.

Parágrafo Único – Não haverá punição, quando for reconhecida qualquer causa de justificação.

Art. 18 – São circunstâncias atenuantes:

1. bom comportamento;
2. relevância de serviços prestados;
3. ter sido cometida a transgressão para evitar mal maior;
4. ter sido cometida a transgressão em defesa própria, de seus direitos onde outrem, deste que não constitua causa de justificação;
5. falta de prática no serviço.

Art. 19 – São circunstâncias agravantes:

1. mau comportamento;
2. prática simultânea ou conexão de duas ou mais transgressões;
3. reincidência da transgressão, mesmo punida verbalmente;
4. conluio de duas ou mais pessoas;
5. ser praticada a transgressão durante a execução de serviços;
6. ser cometida a falta em presença de subordinado;
7. ter abusado o transgressor de sua autoridade hierárquica;
8. ser praticada a transgressão com premeditação;
9. ter sido praticada a transgressão em presença de tropa;
10. ter sido praticada a transgressão em presença de público;
11. ter praticado a transgressão, apesar da advertência ou proibição;
12. ter praticado a transgressão com risco de perigo público.

CAPITULO VI CLASSIFICAÇÃO DAS TRANSGRESSÕES

Art. 20 – A transgressão da disciplina deve ser classificada, deste que não haja causas de justificação, em:

1. Leve;
2. Média;
3. Grave.

Parágrafo Único – A classificação da transgressão compete a quem couber aplicar a punição, respeitadas as considerações estabelecidas no art. 15.

Art. 21 – A transgressão da disciplina deve ser classificada como “grave” quando, não chegando a constituir crime, constitua a mesma ato que afete o sentimento do dever, a honra pessoal, o pundonor policial militar ou o decoro da classe.

TITULO III PUNIÇÕES DISCIPLINARES CAPITULO VII GRADUAÇÃO E EXECUÇÃO DAS PUNIÇÕES

Art. 22 – A punição disciplinar objetiva o fortalecimento da disciplina.

Parágrafo Único – A punição deve ter em vista o benefício educativo e exemplo à coletividade a que ele pertence.

Art. 23 – As punições disciplinares a que estão sujeitos os policiais militares, segundo a classificação resultante ao julgamento da transgressão, são as seguintes, em ordem de gravidade crescente:

1. advertência;
2. repreensão;
3. detenção;
4. prisão e prisão em separado;
5. licenciamento e exclusão a bem da disciplina.

§ 1º - As punições disciplinares de detenção e prisão não podem ultrapassar de trinta dias.

§ 2º - A prisão em separado não pode ultrapassar de quinze dias.

Art. 24 – Advertência – É a forma mais branda de punir. Consiste numa admoestação feita verbalmente ao transgressor podendo ser em caráter particular ou ostensivamente.

§ 1º - Quando ostensivamente, poderá ser na presença de superior, no círculo de seus pares ou na presença de toda ou parte da OPM.

§ 2º - A advertência, por ser verbal, não deve constar das alterações do punido, devendo, entretanto, ser registrada em sua ficha disciplinar por quem o advertir.

Art. 25 – Repreensão – É a punição que, publicada em Boletim, não priva o punido da liberdade.

Art. 26 – Detenção- Consiste no cerceamento da liberdade do punido, o qual deve permanecer no local que for determinado, normalmente o quartel, sem que fique, no entanto, confinado.

§ 1º - O detido comparece a todos os atos de instrução e serviço.

§ 2º - Em casos especiais, a critério da autoridade que aplicou a punição, o Oficial pode ficar detido na sua residência.

Art. 27 – Prisão – Consiste no confinamento do punido em local próprio e designado para tal.

§ 1º - Os policiais militares dos diferentes círculos de Oficiais e praças estabelecidos no Estatuto dos Policiais Militares não poderão ficar presos no mesmo compartimento.

§ 2º - São lugares de prisão:

- Para Oficial – determinado pelo Comandante no aquartelamento;
- Para Subtenente e Sargentos – compartimento denominado “Prisão de Subtenente e Sargentos”;
- Para as demais praças – compartimento fechado, denominado “Xadrez”.

§ 3º - Em casos especiais, a critério da autoridade que aplicou a punição, o Oficial ou Aspirante a Oficial pode ter sua residência como local de cumprimento de prisão, quando esta não for superior a 48 horas.

§ 4º - Quando a OPM não dispuser de instalação apropriadas, cabe à autoridade que aplicou a punição, solicitar ao escalão superior, local para servir de prisão, em outra OPM.

§ 5º - Os presos disciplinares devem ficar separados dos presos a disposição da justiça.

§ 6º - Compete à autoridade que aplicar a primeira punição de prisão à praça, ajuizar da conveniência e necessidade de não confirmar o punido, tendo em vista os altos interesses da ação educativa da coletividade e a elevação do moral da tropa. Neste caso, esta circunstância será fundamentalmente publicada em boletim da OPM e o punido terá o quartel por menagem.

Art. 28 – A prisão deve ser cumprida sem prejuízo da instrução e dos serviços internos. Quando o for em prejuízo, esta condição deve ser declarada em boletim.

Parágrafo Único - O punido fará suas refeições no refeitório da OPM, a não ser que o Comandante determine o contrário em relação ao local.

Art. 29 – Em casos especiais, a prisão pode ser agravada para “Prisão em Separado”, devendo o punido permanecer confinado e isolado, fazendo suas refeições no local da prisão. Este agravamento não pode exceder à metade da punição aplicada.

Parágrafo Único – A prisão em separado deve constituir, em princípio, a parte inicial do cumprimento da punição e não deve exceder à metade da punição aplicada.

Art. 30 – O recolhimento de qualquer transgressor à prisão, sem nota de punição publicada em Boletim Interno da OPM (OBM), só poderá ocorrer por ordem das autoridades referidas nos itens nº 1), 2), 3) 4) e 5) do Art. 9º.

Parágrafo Único – O disposto neste art. Não se aplica no caso configurado no § 2º do Art. 11, ou quando houver:

1. presunção ou indício de crime;
2. embriaguez;
3. ação de psicotrópicos;
4. necessidade de averiguação;
5. necessidade de incomunicabilidade.

Art. 31 – Licenciamento e Exclusão a bem da disciplina consistem no afastamento, “ ex. ofício”, do policial militar das fileiras da Corporação, conforme prescrito no Estatuto dos Policiais Militares.

§ 1º - O licenciamento a bem da disciplina deve ser aplicado à praça sem estabilidade de assegurada, mediante a simples análise de suas alterações por iniciativa do Comandante, ou por ordem das autoridades relacionadas nos itens 1), 3), 4) e 5), do Art. 9º quando:

- 1) – A transgressão afeta o sentimento do dever, a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro e, como repressão imediata, assim se torna absolutamente necessária à disciplina,
- 2) No comportamento MAU, verifica-se a impossibilidade de melhoria de comportamento, como está prescrito neste Regulamento.

§ 2º - A exclusão a bem da disciplina deve ser aplicada “ex. – ofício”, ao Aspirante a Oficial e à praça com estabilidade assegurada, de acordo com o prescrito no Estatuto dos Policiais Militares.

CAPÍTULO VIII NORMAS PARA APLICAÇÃO E CUMPRIMENTO DAS PUNIÇÕES

Art. 32 – A aplicação da punição compreende uma descrição sumária, clara e precisa dos fatos e circunstâncias que determinaram a transgressão (Anexa); o enquadramento da punição é a decorrência da punição em Boletim da OPM.

§ 1º - Enquadramento – É a caracterização da transgressão acrescida de outros detalhes relacionados com o comportamento do transgressor, cumprimento da punição ou justificação. No enquadramento, são necessariamente mencionados:

- 1) a transgressão cometida, em termos precisos e sintéticos e a especificação em que a mesma incida pelos números constantes do anexo ou pelo item 2 do Art. 14. Não devem ser emitidos comentários deprimentes e/ou ofensivos, sendo, porém, permitidos ou ensinamentos decorrentes, deste que não contenham alusões pessoais;
- 2) os itens, artigos e parágrafos das circunstâncias atenuantes e/ou agravantes, ou causas de justificação;
- 3) a classificação da transgressão;
- 4) a punição imposta;
- 5) o local de cumprimento da punição, se for o caso;
- 6) a classificação do comportamento militar em que a praça punida permaneça ou ingresse;
- 7) a data do início do cumprimento da punição, se o punido tiver sido recolhido de acordo com o parágrafo 2º do Art. 11;

8) a determinação, para posterior cumprimento, se o punido estiver baixado, afastado do serviço, por qualquer motivo, ou à disposição de outra autoridade.

§ 2º - Publicação em Boletim – É o ato administrativo que formaliza a aplicação da punição ou a sua justificação.

§ 3º - Quando ocorrer caso de justificação, no enquadramento e na publicação em Boletim, menciona-se a justificação da falta, em lugar da punição imposta.

§ 4º - Quando a autoridade que aplicar a punição não dispuser de Boletim para sua publicação, esta deve ser feita, mediante solicitação escrita, no da autoridade imediatamente superior.

Art. 33 – A aplicação da punição deve ser feita com justiça, serenidade e imparcialidade, para que o punido fique consciente e convicto de que a mesma se inspira no cumprimento exclusivo de um dever.

Parágrafo Único – Ninguém será punido, sem ser ouvido. O Oficial e o Aspirante a Oficial se justificarão, por escrito.

Art. 34 – A publicação da punição imposta ao Oficial ou Aspirante a Oficial, em princípio, deve ser feita em Boletim Reservado, podendo ser em Boletim Ostensivo, se as circunstâncias ou a natureza da transgressão, assim o recomendem.

Art. 35 – A aplicação da punição deve obedecer às seguintes normas:

- 1) a punição deve ser proporcional à gravidade da transgressão, dentro dos seguintes limites;
 - a) de advertência até 10 dias de detenção, para transgressão leve;
 - b) de detenção até 10 dias de prisão, para a transgressão média;
 - c) de prisão à punição prevista no art. 29 deste Regulamento, para a transgressão grave.
- 2) a punição não pode atingir até o máximo previsto no item anterior, quando ocorrerem, apenas, circunstâncias atenuantes;
- 3) a punição deve ser dosada, quando ocorrerem circunstâncias atenuantes e agravantes;
- 4) por uma única transgressão, não deve ser aplicada mais de uma punição;
- 5) a punição disciplinar, no entanto, não exime o punido da responsabilidade civil que lhe couber;
- 6) na ocorrência de mais de uma transgressão, sem conexão entre si, a cada uma deve ser imposta a punição correspondente. Em caso contrário, as de menor gravidade serão consideradas como circunstâncias agravantes da transgressão principal.

§ 1º - No concurso de crime e transgressão disciplinar, quando forem da mesma natureza, deve prevalecer a aplicação da pena relativa ao crime, se como tal houver capitulação.

§ 2º - A transgressão disciplinar será apreciada, para efeito de punição, quando da absolvição ou rejeição da denúncia.

Art. 36 – A aplicação da primeira punição classificada como “prisão” é da competência do Comandante Geral.

Art. 37 – Nenhum policial militar deve ser interrogado ou punido, em estado de embriaguez ou sob a ação de alucinógenos.

Art. 38 – O início do cumprimento da punição disciplinar deve ocorrer com a distribuição do Boletim da OPM que publica a aplicação da punição.

§ 1º - O tempo de detenção ou prisão, antes da respectiva publicação em BI, não deve ultrapassar de 72 horas.

§ 2º - A contagem de tempo de cumprimento da punição vai do momento em que o punido for recolhido até aquele em que for posto em liberdade.

Art. 39 – A autoridade que necessitar punir seu subordinado, à disposição ou serviço de outra autoridade, deve a ela requisitar a apresentação do punido, para a aplicação da punição.

Parágrafo Único – Quando o local determinado para cumprimento da punição não for a sua OPM, pode solicitar àquela autoridade que determine o recolhimento do punido diretamente ao local determinado.

Art. 40 – O cumprimento da punição disciplinar, por policial militar afastado do serviço, deve ocorrer, após a sua apresentação, pronto na OPM, salvo nos casos de preservação da disciplina e do decoro da Corporação.

Parágrafo Único – A interrupção da licença especial, licença para tratar de interesse particular ou de licença para tratamento de saúde de pessoa da família, para cumprimento de punição disciplinar, somente ocorrerá, quando autorizada pelas autoridades referidas nos itens 1), 2) e 3) do art. 9º.

Art. 41 – As punições disciplinares, de que trata este Regulamento, devem ser aplicadas de acordo com as prescrições no mesmo estabelecidas. A punição máxima que cada autoridade referida no Art. 9º pode aplicar, acha-se especificada no Quadro apenso.

§ 1º - Quando duas autoridades de níveis hierárquico diferentes, ambas com ação disciplinar sobre o transgressor, conhecerem da transgressão, à de nível mais elevado competirá punir, salvo se entender que a punição está dentro dos limites de competência da do menor nível, caso em que comunicará ao superior a sanção disciplinar que aplicou.

§ 2º - Quando uma autoridade, ao julgar uma transgressão, concluir que a punição a aplicar está além do limite máximo que lhe é autorizado, cabe à mesma solicitar a autoridade superior, com ação disciplinar sobre o transgressor, a aplicação da punição devida.

Art. 42 – A interrupção da contagem de tempo da punição, nos casos de baixa a hospital ou enfermaria e outros, vai do momento em que o punido for retirado do local de cumprimento da punição até o seu retorno.

Parágrafo Único – O afastamento e o retorno do punido ao local de cumprimento da punição devem ser publicados em Boletim.

CAPITULO IX MODIFICAÇÃO NA APLICAÇÃO DAS PUNIÇÕES

Art. 43 – A modificação da aplicação de punição pode ser realizada e pela autoridade a aplicar ou por outra, superior e competente, quando tiver conhecimento de fatos que recomendem tal procedimento.

§ 1º As modificações da aplicação de punição são:

- 1) anulação;
- 2) relevação;
- 3) atenuação;
- 4) agravação.

Art. 44 – A anulação da punição consiste em tornar sem efeito a aplicação da mesma.

§ 1º - Deve ser concedida, quando for comprovada terem ocorrido injustiças ou ilegalidade na sua aplicação.

§ 2º - Far-se-á em obediência aos prazos seguintes:

- 1) em qualquer tempo e em qualquer circunstância, pelas autoridades específicas nos itens 1), e 2) do Art. 9º;
- 2) no prazo de 60 dias, pelas demais autoridades.

§ 3º - A anulação, sendo concedida ainda durante o cumprimento de punição, imposta em ser o punido posto em liberdade, imediatamente.

Art. 45 – A anulação da punição deve eliminar toda e qualquer a anotação e /ou registro nas alterações do militar relativos à sua aplicação.

Art. 46 – A autoridade que tornar conhecimento de comprovada ilegalidade ou injustiça na aplicação da punição e não tenha competência para anulá-la ou não disponha dos prazos referidos no § 2º do Art. 44, deve propor a sua anulação à autoridade de competente, fundamentalmente.

Art. 47 – A relevação da punição consiste na suspensão de cumprimento da punição imposta.

Parágrafo Único – A relevação da punição pode ser concedida:

- 1) quando ficar comprovado que forem atingidos os objetivos visados com a aplicação da mesma, independente do tempo de punição a cumprir;
- 2) por motivo de passagem de comando, data de aniversário da PM, ou data nacional, quando já tiver sido cumprida, pelo menos, metade.

Art. 48 – A atenuação da punição consiste na transformação da punição proposta ou aplicação em uma mais rigorosa, se assim o exigir o interesse da disciplina e da ação educativa do punido.

Art. 49 – A agravação da punição consiste na transformação da punição proposta ou aplicada em uma mais rigorosa, se assim o exigir o interesse da disciplina na ação educativa do punido.

Parágrafo Único – A “prisão em separado” é considerada como uma das formas de agravação da punição de prisão, para soldado.

Art. 50 – São competentes para anular, revelar, atenuar e agravar as punições impostas por si ou por seus subordinados, as autoridades discriminadas no Art. 9º, devendo esta decisão ser justificada em Boletim.

TITULO IV
COMPORTAMENTO POLICIAL MILITAR
CAPITULO X
CLASSIFICAÇÃO, RECLASSIFICAÇÃO E MELHORIA DO COMPORTAMENTO

Art. 51 – O comportamento policial militar das praças espelha os eu procedimento civil e policial militar, sob o ponto de vista disciplinar.

§ 1º - A classificação, reclassificação, bem como a melhoria de comportamento, é da competência do Comandante da OPM, obedecendo ao disposto neste Capítulo e, necessariamente, publicada em boletim.

§ 2º - Ao ser incluída na Polícia Militar, a praça será classificada no comportamento “BOM”.

Art. 52 – O comportamento policial militar da praça deve ser classificada em:

- 1) Excepcional – quando, no período de 08 anos de efetivo serviço, não tenha sofrido qualquer punição disciplinar;
- 2) Ótimo – quando, no período de 04 anos de efetivo serviço tenha sido punido com até uma detenção;

- 3) Bom - quando, no período de 02 anos de efetivo serviço tenha sido punido com até duas prisões;
- 4) Insuficiente – quando, no período de 01 ano de efetivo serviço, tenha sido punido com até duas prisões;
- 5) Mau – quando, no período de 01 ano de efetivo serviço, tenha sido punido com mais de duas prisões.

Art. 53 – A reclassificação do comportamento da praça deve ser feita, autenticamente, como se estabelece a seguir:

- 1) Do Excepcional para o:
 - a) Ótimo, quando a praça for punida com repreensão ou detenção;
 - b) Bom, quando a praça for punida com prisão;
- 2) Do ótimo para o Bom, quando a praça for punida, no período de 04 anos de efetivo serviço, com mais de uma detenção;
- 3) Do Bom para o:
 - a) Insuficiente, quando a praça for punida, no período de 01 ano de efetivo serviço, com duas prisões;
 - b) Mau, quando a praça for punida, no período de 01 ano de efetivo serviço, com mais de duas prisões;
- 4) Do Insuficiente para o Mau, quando a praça for punida, no período de 01 ano de efetivo serviço, com mais de duas prisões.

Parágrafo Único – A reclassificação do comportamento de soldado, com punição de prisão de mais de 20 dias, agravada para “prisão em separada”, é feita, automaticamente para o comportamento Mau, qualquer que seja o seu comportamento anterior.

Art. 54 – A melhoria do comportamento da praça deve ser feita, automaticamente, como se estabelece a seguir:

- 1) do Mau para o Insuficiente – Quando, no prazo de 01 ano, não houver a praça sofrido qualquer punição;
- 2) do Insuficiente para o Bom – Quando, no prazo de 2 anos, não houver a praça sofrido qualquer punição;
- 3) do Bom para o Ótimo – Quando, no prazo de 04 anos, não houver a praça sofrido qualquer punição;
- 4) de Ótimo para Excepcional – Quando, no prazo de 08 anos, não houver a praça sofrido qualquer punição.

Art. 55 – Para efeito de classificação, reclassificação e melhoria de comportamento, tão somente de que trata este Capítulo:

- 1) duas repreensões equivalem a uma detenção;
- 2) quatro repreensões equivalem a uma prisão;
- 3) duas detenções equivalem a uma prisão.

TÍTULO V
DIREITO E RECOMPENSAS
CAPÍTULO XI
APRESENTAÇÃO DE RECURSOS

Art. 56 – Interpor recursos disciplinares é o direito concedido a policial militar que se julgue, ou julgue subordinado seu, prejudicado, ofendido ou injustiçado por superior hierárquico, na espera disciplinar.

Parágrafo Único – São recursos disciplinares:

- 1) o pedido de reconsideração de ato;
- 2) a queixa;
- 3) a representação;

Art. 57 – Reconsideração de Ato – É o recurso interposto, mediante requerimento, por meio do qual o policial – militar que se julgue ou julgue subordinado seu prejudicado, ofendido ou injustiçado, solicita à autoridade que praticou o ato, que reexamine sua decisão e reconsidere seu ato.

§ 1º - O pedido de reconsideração de ato deve ser encaminhado através da autoridade a quem o requerente estiver diretamente subordinado.

§ 2º - O pedido de reconsideração de ato deve ser apresentado no prazo máximo de oito horas úteis, a contar da data em que o policial militar tomar, oficialmente, conhecimento dos fatos que o motivaram.

§ 3º - A autoridade, a quem é dirigido o pedido de reconsideração de ato, deve dar despacho ao mesmo, no prazo máximo de quatro dias úteis.

Art. 58 – Queixa – É o recurso disciplinar, normalmente redigida sob forma de ofício ou parte, interposto pelo policial militar que se julgue injustiçado, dirigido diretamente ao superior imediato da autoridade contra quem é apresentada a queixa.

§ 1º - A apresentação da queixa só é cabível após o pedido de reconsideração de ato Ter sido solucionado e publicado em Boletim da OPM onde serve o queixoso.

§ 2º - A apresentação da queixa deve ser feita dentro de um prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação em Boletim, da solução de que trata o parágrafo anterior.

§ 3º - O queixoso deve informar, por escrito, à autoridade de quem vai se queixar, do objetivo do recurso disciplinar que irá apresentar.

§ 4º - O queixoso deve ser afastado da subordinação direta da autoridade contra quem formulou o recurso, até que o mesmo seja julgado. Deve, no entanto, permanecer na localidade onde serve, salvo a existência de fatos que contra – indiquem a sua permanência na mesma.

Art. 59 – Representação – É o recurso disciplinar, normalmente redigido sob forma de ofício ou parte, interposto por autoridade que julgue subordinado seu estar sendo vítima de injustiça ou prejudicado em seus direitos, por ato de autoridade superior.

Parágrafo Único – A apresentação deste recurso disciplinar deve seguir os mesmos procedimentos prescritos no art. 58 e seus parágrafos.

Art. 60 – A apresentação do recurso disciplinar mencionado no parágrafo único da o art. 56, deve ser feita individualmente; tratar de caso específico; cingir-se aos fatos que o motivaram; fundamentar-se em novos argumentos, provas ou documentos comprobatórios e elucidativos e não apresentar comentários.

§ 1º - O prazo para apresentação de recurso disciplinar, pelo policial militar que se encontre cumprindo punição disciplinar, executando serviço ou ordem que motive a apresentação do mesmo, começa a ser contado quando cessarem as situações citadas.

§ 2º - O recurso disciplinar que contrarie o prescrito neste Capítulo é considerado prejudicado pela autoridade a quem foi destinado, cabendo a esta mandar arquivá-la e publicar sua decisão em Boletim, fundamentalmente.

§ 3º - A tramitação de recurso deve Ter tratamento de urgência em todos os escalões.

CAPÍTULO XII CANCELAMENTO DE PUNIÇÕES

Art. 61 – Cancelamento de punição é o direito concedido ao policial militar de ter cancelada a averbação de punições e outras notas a elas relacionadas, em suas alterações.

Art. 62 – Cancelamento da punição pode ser concedido ao policial militar que o requerer dentro das seguintes condições:

1. não ser a transgressão, objeto da punição, atentatória ao sentimento do dever, a honra pessoal, ao pundonor policial militar, ou ao decore da classe;
2. ter bons serviços prestados, comprovados pela análises de suas alterações;
3. ter conceito favorável de seu Comandante;
4. ter completado, sem qualquer punição:
 - a) 09 anos de efetivo serviço, quando a punição a anular for de prisão;
 - b) 05 anos de efetivo serviço, quando a punição a anular for de repreensão ou detenção.

Art. 63 – A entrada de requerimento solicitando cancelamento de punição, bem como solução dada ao mesmo, devem constar em Boletim.

Parágrafo Único – A solução do requerimento de cancelamento de punição é da competência do Comandante Geral.

Art. 64 – O Comandante Geral pode cancelar uma ou todas as punições de policial militar que tenha prestado comprovadamente relevantes serviços independentemente das condições enunciadas no Art. 62 do presente Regulamento e do requerimento do interessado.

Art. 65 – Todas as anotações relacionadas com as punições canceladas devem ser tingidas, de maneira que não seja possível a sua leitura. Na margem onde for feito o cancelamento, deve ser anotado o número e a data do Boletim da autoridade que concedeu o cancelamento, sendo esta anotação rubricada pela autoridade competente para assinar as folhas de alteração.

CAPÍTULO XIII DAS RECOMPENAS

Art. 66 – Recompensas constituem reconhecimento dos bons serviços prestados por policiais militares.

Art. 67 – Além de outras previstas em leis e regulamentos especiais, são recompensas policiais militares:

1. o elogio;
2. as dispensas do serviço;
3. a dispensa da revista do recolher e do pernoite, nos Centros de Formação, para alunos dos cursos de formação.

Art. 68 – O elogio pode ser individual ou coletivo.

§ 1º - O elogio individual, que coloca em relevo as qualidades morais e profissionais, somente poderá ser formulado a policiais militares que se hajam destacado do resto da coletividade no desempenho de ato de serviço ou ação meritória. Os aspectos principais que devem ser abordados são os referentes ao caráter, à coragem e desprendimento, à inteligência, à conduta civil e policial militar, às culturas profissional e geral, à capacidade como instrutor, à capacidade como comandante e como administrador e à capacidade física.

§ 2º - Só serão registrados nos assentamentos dos policiais militares os elogios registrados individuais obtidos no desempenho de funções próprias à Polícia Militar e concedidos por autoridades com atribuições para fazê-lo.

§ 3º - O elogio coletivo visa a reconhecer e a ressaltar um grupo de policiais militares ou fração de tropa ao cumprir destacadamente uma determinada missão.

§ 4º - Quando a autoridade que elogiar não dispuser de Boletim para a publicação, esta deve ser feita, mediante solicitação escrita, no da autoridade imediatamente superior.

Art. 69 – As dispensas dos serviços, como recompensa, podem ser:

- 1) dispensa total do serviço, que isenta de todos os trabalhos da OPM, inclusive os de instruções;
- 2) dispensa parcial do serviço isenta de alguns trabalhos, que devem ser especificados na concessão.

§ 1º - A dispensa total do serviço é concedida pelo prazo máximo de 08 dias e não deve ultrapassar o total de 16 dias no decorrer de um ano civil. Esta dispensa não invalida o direito de férias.

§ 2º - A dispensa total do serviço para ser gozada fora da sede, fica subordinada às mesmas regras de concessão de férias.

§ 3º - A dispensa total do serviço é regulada por dias de 24 horas, contados de boletim a boletim. A sua publicação deve ser feita, no máximo, 24 horas antes do seu início, salvo motivo de força maior.

Art. 70 – As dispensas da revista do recolher e de pernoitar no quartel, podem ser incluídas em uma mesma concessão. Não justificam a ausência do serviço para o qual o aluno está ou for escalado e nem da instrução a que deve comparecer.

Art. 71 – São competentes para conceder as recompensas de que trata este Capítulo, as autoridades especificadas no artigo 9º deste Regulamento.

Art. 72 – São competes para anular, restringir ou ampliar as recompensas concedidas por si ou por seus subordinados, as autoridades especificadas no art. 9º, devendo essa decisão ser justificada em boletim.

TÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 73 – Os julgamentos a que forem submetidos os policiais militares, perante Conselho de Justificação ou Conselho de Disciplina, serão conduzidos segundo normas próprias ao funcionamento dos referidos Conselhos.

Parágrafo Único – As causas determinantes que levam o policial militar a ser submetido a um destes Conselhos, “ex. ofício” ou a pedido, e as condições para sua instrução, funcionamento, e providências decorrentes, estão estabelecidas na legislação que dispõe sobre os citados Conselhos e dá outras providências.

Art. 74 – O Comandante Geral baixará instruções complementares necessárias à interpretação, orientação e ampliação deste Regulamento, às circunstâncias e casos não previstos no mesmo.

REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR
ANEXO
Relação de Transgressão

I INTRODUÇÃO

1. As transgressões disciplinares, a que se refere o item 1, do Art. 14, deste Regulamento, são neste Anexo, enumeradas e especificadas.
A numeração deve servir de referência para o enquadramento e publicação, em Boletim, da punição ou da justificação da transgressão.
2. No caso das transgressões a que se refere o item (2) do Art. 14 deste Regulamento, quando do enquadramento e publicação em Boletim, da punição ou justificação da transgressão, tanto quanto possível deve ser feita alusão aos artigos, parágrafos, letras e números das leis, regulamentos, normas ou ordens que contrariaram ou outras os quais tenha havido omissão.
3. A classificação da transgressão Leve, Média ou Grave é competência de quem a julga, levando em consideração o que estabelecem os Capítulos V e VI deste Regulamento.

II RELAÇÃO DE TRANSGRESSÃO

1. Faltar à verdade.
2. Utilizar-se do anonimato.
3. Concorrer para a discórdia ou desarmonia, cultivar inimizade entre camaradas.
4. Frequentar ou fazer parte de sindicatos, associações profissionais com caráter de sindicatos ou similares.
5. Deixar de punir transgressor da disciplina.
6. Não levar a falta ou irregularidade que presenciar, ou de que tiver ciência e não lhe couber reprimir, ao Conhecimento de autoridade competente, no mais curto prazo;
7. Deixar de cumprir ou fazer cumprir normas regulamentares na esfera de suas atribuições.
8. Deixar de comunicar, a tempo, ao superior imediato, ocorrência no âmbito de suas atribuições, quando se julgar suspeito ou impedido de providenciar a respeito.
9. Deixar de comunicar ao superior imediato ou, na ausência deste, a qualquer autoridade superior, toda informação que tiver sobre iminente perturbação da ordem pública ou grave alteração do serviço, logo que disto tenha conhecimento.
10. Deixar de informar processo que lhe for encaminhado, exceto caso de suspeição ou impedimento ou absoluta falta de elementos, hipótese em que estas circunstâncias serão fundamentadas.
11. Deixar de encaminhar à autoridade competente, na linha de subordinação e no mais curto prazo, recurso ou documento que receber, deste que elaborado de acordo com os preceitos regulamentares, se não estiver na sua alçada dar solução
12. Retardar ou prejudicar medidas ou ações de ordens judicial ou policial de que esteja investido ou que deva promover.
13. Apresentar parte ou recurso sem seguir as normas e preceitos regulamentares ou em termos desrespeitosos ou com argumentos falsos ou de má fé, ou mesmo sem justa causa ou razão.
14. Dificultar ao subordinado a apresentação de recursos.
15. Deixar de comunicar ao superior a execução de ordem recebida, tão logo seja possível.
16. Retardar a execução de qualquer ordem.
17. Aconselhar ou concorrer para não ser cumprida qualquer ordem de autoridade competente, ou para retardar a sua execução.
18. Não cumprir ordem recebida.
19. Simular doença para esquivar-se ao cumprimento de qualquer dever militar.

20. Trabalhar mal, intencionalmente, ou por falta de atenção em qualquer serviço ou instrução.
21. Deixar de participar a tempo, à autoridade imediatamente superior, impossibilidade de comparecer à OPM, ou qualquer ato de qualquer ato de serviço.
22. Faltar ou chegar atrasado a qualquer ato de serviço em que deva tomar parte ou assistir.
23. Permutar serviço, sem permissão de autoridade competente.
24. Comparecer a qualquer solenidade, festividade, reunião social, com uniforme diferente do marcado.
25. Abandonar serviço para o qual tenha sido designado.
26. Afastar-se de qualquer lugar em que deva estar, por força de disposição legal ou ordem.
27. Deixar de apresentar-se, nos prazos regulamentares, à OPM para que tenha sido transferido ou classificado e às autoridades competentes, nos casos de comissão ou serviço extraordinário para os quais tenha sido designado.
28. Não se apresentar ao fim de qualquer afastamento do serviço ou, ainda, logo que souber que o mesmo foi interrompido.
29. Representar a OPM e mesmo a Corporação, em qualquer ato, sem estar devidamente autorizado.
30. Tomar compromisso pela OPM que comanda ou em que serve, sem estar autorizado.
31. Contrair dívida ou assumir compromisso superior às suas possibilidades, comprometendo o bom nome da classe.
32. Esquivar-se a satisfazer compromisso de ordem moral ou pecuniária que houver assumido.
33. Não atender a observação de autoridade competente para satisfazer débito já reclamado.
34. Não atender à obrigação de dar assistência a sua família ou dependentes legalmente constituídos.
35. Fazer diretamente, ou por intermédio de outrem, transações pecuniárias envolvendo assunto de serviço, bens da administração pública ou material proibido, quando isso não configurar crime.
36. Realizar ou propor transações pecuniárias envolvendo superior igual ou subordinado. Não são consideradas transações pecuniárias os empréstimos em dinheiro sem auferir lucro.
37. Deixar de providenciar a tempo, na esfera de suas atribuições, por negligência e/ou incúria, medidas contra qualquer irregularidade de que venha a tomar conhecimento.
38. Recorrer ao judiciário, sem antes esgotar todos os recursos administrativos.
39. Retirar ou tentar retirar, de qualquer lugar sob jurisdição policial militar, material, viatura ou animal, ou mesmo dele servir-se ordem do responsável ou proprietário.
40. Não zelar devidamente, danificar ou extraviar, por negligência ou desobediência a regras ou normas de serviço, material da Fazenda Nacional, Estadual ou Municipal que esteja ou não sob sua responsabilidade direta.
41. Ter pouco cuidado com o asseio próprio ou coletivo, em qualquer circunstância.
42. Portar-se sem compostura, em lugar público.
43. Frequentar lugares incompatíveis com seu nível social e o decore da classe.
44. Permanecer a praça, em dependência da OPM, deste que seja estranha ao serviço, ou sem consentimento ou ordem de autoridade competente.
45. Portar a praça arma regulamentar, sem estar de serviço ou sem ordem para tal.
46. Portar a praça arma não regulamentar, em permissão por escrito, de autoridade competente.
47. Disparar arma, por imprudência ou negligência.
48. Içar ou arriar Bandeira ou insígnia, sem ordem para tal.
49. Dar toques ou notícias sem ordem para tal.
50. Conversar ou fazer ruído em ocasiões, lugares ou horas impróprias.
51. Espalhar boatos ou notícias tendenciosas.
52. Provocar ou fazer-se causa, voluntariamente, de origem de alarme injustificável.

53. Usar violência desnecessária no ato de efetuar prisão.
54. Maltratar preso sob sua guarda.
55. Deixar alguém conversar ou entender-se com preso incomunicável, sem autorização de autoridade competente.
56. Conversar com sentinela ou preso incomunicável.
57. Deixar que presos conversem sem eu poder instrumento ou objetos não permitidos.
58. Conversar, sentar-se ou fumar, ou ainda consentir na formação ou permanência de grupo ou de pessoa junto a seu posto de serviço.
59. Fumar em lugar ou ocasião onde isso seja vedado, ou quando se dirigir a superior.
60. Tomar parte em jogos proibidos ou jogar a dinheiro os permitidos, em área policial militar ou sob jurisdição policial militar.
61. Tomar parte, em área policial militar ou sob jurisdição policial militar, em discussão a respeito de política ou religião, ou mesmo provocá-las.
62. Manifestar-se, publicamente, a respeito de assuntos políticos ou tomar parte, fardado, em manifestações da mesma natureza.
63. Deixar o superior de determinar a saída imediata de solenidades, policial-militar ou civil, de subordinado que a ela compareça em uniforme diferente do mercado.
64. Apresentar-se desuniformizado, mal uniformizado ou cm uniforme alterado.
65. Sobrepor ao uniforme insígnia ou medalha não regulamentar, bem como, indevidamente, distintivos ou condecorações.
66. Andar o policial-militar, a pé, em coletivos públicos, com uniforme inadequado, contrariando o RUPM/CB ou normas a respeito.
67. Usar trajes civis, o cabo ou soldado, quando isso contrariar ordem de autoridade competente.
68. Ser indiscreto em relação a assuntos de caráter oficial, cuja divulgação possa ser prejudicial ou à boa ordem do serviço.
69. Dar conhecimento de fatos, documentos ou assuntos policiais militares a quem deles não deva ter conhecimento e não tenha atribuições para neles intervir.
70. Publicar ou contribuir para que sejam publicados fatos, documentos ou assuntos policiais militares que possam concorrer para o desprestígio da Corporação ou firam a disciplina ou a segurança.
71. Entrar ou sair de qualquer OPM, o cabo ou soldado com objetos ou embrulhos, sem autorização do comandante da guarda ou autorização similar.
72. Deixar o Oficial ou Aspirante a Oficial, ao entrar em OPM onde não sirva, de dar ciência da sua presença ao Oficial de dia, e, em seguida, de procurar o comandante ou o mais graduados dos Oficiais presentes para cumprimentá-lo.
73. Deixa o Subtenente, Sargento, Cabo ou Soldado, ao entrar em OPM onde não sirva, de apresentar-se ao Oficial de dia ou seu substituto legal.
74. Deixar o comandante da guarda ou agente de segurança correspondente, de cumprir as prescrições regulamentares com respeito à entrada ou permanência na OPM de civis ou militares estranhos à mesma.
75. Penetrar o policial militar, sem permissão ou ordem, em aposentos destinados a superior ou onde esse se ache, bem como qualquer lugar onde a entrada lhe seja vedada.
76. Penetrar ou tentar penetrar o policial militar em alojamento ou outra sub-unidade, depois da revista do recolher, salvo os Oficiais ou Sargentos, que, pelas suas funções, sejam a isto abrigados.
77. Entrar ou sair de OPM com força armada, sem prévio conhecimento ou ordem da autoridade competente.

78. Abrir ou tenta abrir qualquer dependência da OPM, fora das horas de expediente, deste que não seja o respectivo chefe ou sem sua ordem escrita, com a expressa declaração de motivo, salvo situação de emergência.
79. Desrespeitar regras de trânsito, medidas gerais de ordem policial, judicial ou administrativa.
80. Deixar de portar, o policial militar, o seu documento de identidade, estando ou não fardado ou de exibi-lo quando solicitado.
81. Maltratar ou não ter o devido cuidado no trato com animais.
82. Desrespeitar, em público, as convenções sociais.
83. Desconsiderar ou desrespeitar a autoridade civil.
84. Desrespeitar corporação judiciária, ou qualquer de seus membros, bem como criticar, em público, ou pela imprensa, seus atos ou decisões.
85. Não se apresentar a superior hierárquico o de sua presença retirar-se, sem obediência às normas regulamentares.
86. Deixar, quando estiver sentado, de oferecer seu lugar a superior, ressalvadas as exceções previstas no Regulamento de Continência, Honra e Sinais de Respeito das Forças Armadas.
87. Sentar-se a praça, em público, À mesa em que estiver Oficial ou vice – versa, salvo em solenidades, festividades, ou reuniões sociais.
88. Deixar, deliberadamente, de corresponder a cumprimento de subordinado.
89. Deixar o subordinado, quer uniformizado, quer em traje civil de cumprimentar superior, uniformizado ou não, neste caso deste que o conheça ou prestar-lhe as homenagens e sinais regulamentares de consideração e respeito.
90. Deixar ou negar-se a receber vencimentos, alimentação, fardamento, equipamento ou material que lhe seja destinado ou deva ficar em seu poder ou sob suas responsabilidades.
91. Deixar o policial militar, presente a solenidades internas ou externas onde se encontrar superior hierárquico, de saudá-los de acordo com as normas regulamentares.
92. Deixar o Oficial ou Aspirante a Oficial, tão logo seus afazeres o permitam, de apresentar-se ao de maior posto e ao substituto legal imediato, da OPM onde serve, para cumprimentá-los, salvo ordem ou instrução a respeito.
93. Deixar o Subtenente ou Sargento, tão logo seus afazeres o permitam, de apresentar-se ao seu comandante ou chefe imediato.
94. Dirigir-se, referir-se ou responder de maneira desatenciosa a superior.
95. Censurar ato de superior ou procurar desconsiderá-lo.
96. Procurar desacreditar seu igual ou subordinado.
97. Ofender, provocar ou desafiar superior.
98. Ofender, provocar ou desafiar seu subordinado.
99. Ofender a moral por atos, gestos ou palavras.
100. Travar discussão, rixa ou luta corporal com seu igual ou subordinado.
101. Discutir ou provocar discussões, por qualquer veículo de comunicação, sobre assuntos políticos, militares ou policiais militares, excetuando-se os de natureza exclusivamente técnica quando devidamente autorizados.
102. Autorizar, promover ou tomar parte em qualquer manifestação coletiva, seja de caráter reivindicatório, seja de crítica ou de apoio a ato de superior, com exceção das demonstrações íntimas de boa e sã camaradagem e com conhecimento do homenageado.
103. Aceitar o policial militar qualquer manifestação coletiva de seus subordinados, salvo a exceção do número anterior.
104. Autorizar, promover ou assinar petições coletivas dirigidas a qualquer autoridade civil ou policial militar.

105. Dirigir memoriais ou petições, a qualquer autoridade, sobre assuntos da alçada do Comando Geral da PM, salvo em grau de recurso na forma prevista neste Regulamento.
106. Ter em seu poder, introduzir ou distribuir, em área policial militar ou sob a jurisdição policial militar publicações, estampas ou jornais que atentem contra a disciplina ou a moral.
107. Ter em seu poder ou introduzir, em área policial militar ou sob a sua jurisdição policial militar, inflamável ou explosivo, sem permissão da autoridade competente.
108. Ter em seu poder, introduzir ou distribuir, em área policial militar, tóxicos ou entorpecentes, a não ser mediante prescrição de autoridade competente.
109. Ter em seu poder ou introduzir, em área policial militar ou sob jurisdição policial militar, bebidas alcoólicas, salvo quando devidamente autorizado.
110. Fazer uso, estar sob ação ou introduzir outrem a uso de tóxicos, entorpecentes ou produtos alucinógenos.
111. Embriagar-se ou induzir outrem à embriaguez, embora tal estado não tenha sido constatado por médico.
112. Usar o uniforme, quando de folga, se isso contrariar ordem de autoridade competente.
113. Usar, quando uniformizado, barba, cabelos, bigodes ou costeletas excessivamente compridos ou exagerados, contraindo disposições a respeito.
114. Utilizar ou autorizar a utilização de subordinados para serviços não previstos em regulamento.
115. Dar, por escrito ou verbalmente, ordem ilegal ou claramente inexecutável, que possa acarretar ao subordinado responsabilidade, ainda que não chegue a ser cumprida.
116. Prestar informação a superior, induzindo-o a erro, deliberada ou intencionalmente.
117. Omitir, em nota de ocorrência, relatório ou qualquer documento, dados indispensáveis ao esclarecimento dos fatos.
118. Violar ou deixar de preservar local de crime.
119. Soltar preso ou detido ou dispensar parte de ocorrência, sem ordem de autoridade competente.
120. Participar o policial militar da ativa, de firma comercial, de emprego industrial de qualquer natureza, ou nelas exercer função ou emprego remunerado.
121. Andar descoberto, exceto nos postos de serviços, entendidos estes como as salas designadas para o trabalho dos policiais.
122. Receber visitas nos postos de serviços ou distrair-se com assuntos estranhos ao trabalho.

APENSO – Quadro de PUNIÇÃO MÁXIMA, referida ao Art. 41, que pode aplicar a autoridade competente, apreciados os estabelecidos no Capítulo VII.

POSTOS E GRADUAÇÕES	Autoridades definidas no Art. 9º itens				
	1	2	3	4	5
Oficiais de Carreira	30 dias prisão	20 dias prisão	15 dias prisão	6 dias prisão	repreensão
Oficiais da Reserva Remunerada (a)					
Oficiais Reformados					
Aspirantes a Oficiais e Subtenentes (I)					
Sargentos, Cabos e Soldados (1) (2) (3)	30 dias prisão			10 dias prisão	8 dias detenção
Alunos de Escolas de Formação de Oficiais (2) (4)					
Alunos de Órgão de Formação de Sargentos (2) (4)				15 dias prisão	8 dias prisão
Alunos de Órgão de Formação de Soldados (2) (4)				10 dias prisão	8 dias detenção

(a) Também Capelães Policiais Militares

(1) Exclusão a bem da disciplina aplicável nos casos previstos no § 2º do Art. 31.

(2) Licenciamento a bem da disciplina – aplicável nos casos previstos no § 1º do Art. 31.

(3) Art. 29 e parágrafo único do Art. 49.

(4) § 2º do Art. 8º.